

SUMÁRIO EXECUTIVO

INTERVIVÊNCIA UNIVERSITÁRIA E EDUCAÇÃO POPULAR: A METODOLOGIA SOCIOEDUCATIVA OASIS DE FORMAÇÃO DE MOMPETÊNCIAS E HABILIDADES EM EMPREENDEDORISMO SOCIAL JUVENIL

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

INTERVIVÊNCIA UNIVERSITÁRIA E EDUCAÇÃO POPULAR: A METODOLOGIA SOCIOEDUCATIVA OASIS DE FORMAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E HABILIDADES EM EMPREENDEDORISMO SOCIAL JUVENIL

WASHINGTON JOSÉ DE SOUZA
JUAREZ AZEVEDO DE PAIVA
CARLOS EDUARDO CAVALCANTE
THIAGO FERREIRA DIAS
DENISE CRISTINA MOMO
ABDON SILVA RIBEIRO DA CUNHA
MARCOS ADLLER DE ALMEIDA NASCIMENTO

RESUMO

O texto descreve uma estratégia de extensão universitária voltada ao desenvolvimento socioeducativo de jovens da agricultura familiar, na perspectiva da Intervivência Universitária – metodologia formativa que articula intercâmbios e vivências no meio acadêmico com a vida em comunidades. A proposta de Intervivência Universitária OASIS, aqui narrada, incorpora atividades integradas de ensino/formação em sala de aula, pesquisa/apropriação da realidade local e extensão/intervenção social juvenil em comunidades e escolas. A metodologia aqui narrada foi, originalmente, posta em prática entre 2009/2010, através do Edital 23/2008 – CNPq/MDA que selecionou propostas de extensão, de Instituições de Ensino Superior, para iniciativas nacionais de Intervivência Universitária. A experiência OASIS de Intervivência Universitária foi, então, replicada em municípios do Rio Grande do Norte – entre 2011/2012 – a partir do Edital 36/2010 CNPq/MDS. A base teórica reside em princípios da Educação Popular e da Pedagogia da Alternância. No aspecto metodológico, é pertinente destacar que a estratégia possibilita ações integradas de ensino, pesquisa e extensão enquanto ocorrem o tempo escola e o tempo comunidade, previstos na Pedagogia da Alternância, e são formados estudantes de Ensino Superior e de Ensino Médio em atividades integradas e colaborativas. Ao tempo em que contribui para o desenvolvimento sociopolítico e técnico de jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a estratégia aqui apresentada anuncia novas perspectivas à qualidade da Educação Básica na rede pública, mediante a socialização de prática pedagógica renovada de inserção social que contribui para o fortalecimento do papel institucional das IES, aproximando-as de segmentos populacionais que, pelo caráter elitista do Ensino Superior e pela prática acadêmica convencional no Brasil, desperta, no âmbito interno, limitado interesse de estudantes e docentes, à exceção de alguns campos como Ciências Sociais, Serviço Social, Educação.

PALAVRAS-CHAVES: EMPREENDEDORISMO SOCIAL, PROTAGONISMO JUVENIL, INTEGRAÇÃO UNIVERSIDADE/COMUNIDADE, INSERÇÃO SOCIOEDUCATIVA.

219

O SUAS EM SANTA CATARINA: OS CONCEITOS-CHAVES DA PROTEÇÃO SOCIOASSISTENCIAL BÁSICA EM PERSPECTIVA

1. INTRODUÇÃO

O presente texto foi produzido como resultado do Projeto Ação Interinstitucional de Fomento ao Protagonismo Juvenil: Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário no Território do Mato Grande/RN que integrou o conjunto de propostas contemplado em Edital público¹. O Edital objetivou, a partir de dois eixos, conhecer e fomentar a produção acadêmica a respeito das iniciativas recentes de proteção e desenvolvimento social e combate à fome, e, identificar tecnologias sociais, produzidas pela academia brasileira, relacionadas ao desenvolvimento das políticas de transferência de renda, segurança alimentar e nutricional e assistência social (CNPQ, 2010).

O texto aborda uma estratégia socioeducativa de formação que, caracterizada na essência como ação de extensão, tem sido objeto de pesquisas que buscam sistematizar saberes no intuito da compreensão de atitudes, habilidades, competências de jovens para o empreendedorismo social em municípios no estado do Rio Grande do Norte. A ação, em prática desde 2009, é passível de replicação em outros estados e outras Instituições de Ensino Superior e, assim, a socialização dos preceitos teóricos e da estrutura metodológica que a suporta pode contribuir na projeção de arranjos interinstitucionais voltados à superação da pobreza política, conforme reportada por Demo (2001). É na qualidade de atividade de educação complementar que a Intervivência Universitária OASIS (re)compõe valores e capacidades como aptidão crítica, autoestima, autonomia, participação, responsabilidade social, disciplina e autoconfiança fazendo surgir, entre jovens em situação vulnerável de trabalho e renda, ideias, compromissos e ações voltados ao desenvolvimento comunitário.

Procedimentos de ensino, pesquisa e extensão aparecem integrados, possibilitando a constituição de arranjos interinstitucionais e a ação qualificada de instituições e acadêmicos na superação de situações de vulnerabilidade social, econômica, política e cultural de jovens. Considera a perspectiva da multidisciplinaridade, pois, os conteúdos abordados tratam de saúde preventiva, sexualidade, segurança alimentar e nutricional, meio ambiente, gestão e políticas públicas, artes, controle social e participação, associativismo e cooperativismo, elaboração de projetos sociais, relações humanas e liderança, dentre outros. Ao incorporar, no plano metodológico, recursos de Educação Popular no desenvolvimento de competências e habilidades empreendedoras de jovens estudantes, caracteriza-se como esforço de desenho e consolidação de tecnologia social, na perspectiva da participação, do exercício do controle social e a preparação para o empreendedorismo social.

A proposta OASIS de Intervivência Universitária foi formulada e é desenvolvida pela Incubadora Organização de Aprendizagens e Saberes em Iniciativas Solidárias – OASIS, grupo de pesquisa e extensão vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA/UFRN – e, mais especificamente, à linha de pesquisa Políticas Públicas e Governança que, em sentido amplo, centra-se em estudos voltados à “políticas de emprego, educação, saúde, assistência social, previdência,

transporte, moradia, saneamento básico, tributárias, entre outras em âmbito nacional, regional, estadual e municipal” e de “novas formas tecnológicas e gerenciais no setor público, particularmente os processos de terceirização, privatização, agências reguladoras, organizações sociais, agências executivas, parcerias e consórcios” (PPGA, 2012);

A estratégia socioeducativa adotada – voltada à formação de habilidades e competências em empreendedorismo social – advém de 2009, quando foram selecionadas propostas nacionais para apoio a projetos de estímulo à divulgação e à apropriação de conhecimento geral e especializado, disponíveis nas universidades, centros tecnológicos e escolas técnicas públicas, por jovens estudantes residentes na zona rural, envolvidos em atividades educativas, extensionistas e organizativas (CNPQ, 2008)². A partir de tal Edital, a Incubadora selecionou estudantes de ensino médio, de cinco municípios/escolas do Rio Grande do Norte, contemplando aproximadamente 180 jovens vinculados à agricultura familiar, moradores da zona rural.

Entre 2009 e 2010, os estudantes selecionados integraram a experiência pioneira do Projeto OASIS de Intervivência Universitária, cuja execução se deu pelo período de vinte meses. Diante da avaliação positiva dessa iniciativa – cujos resultados encontram-se sintetizados na dissertação de Mestrado intitulada Empreendedorismo Social e Protagonismo Juvenil: a estratégia Sócio-educativaas do Projeto OASIS de Intervivência Universitária, (SILVA, 2011) – os integrantes da Incubadora decidiram refinar e replicar a experiência. Desta forma, a proposta de Intervivência Universitária OASIS foi reeditada através do Edital 36/2010 MCT/MDS-SAGI/CNPq, contemplando, desta vez, nove municípios e 240 estudantes.

Do mesmo modo que o projeto antecedente de 2009/2010, ações de educação completar, sob a forma de extensão, vinculadas à pesquisa, foram direcionadas ao estímulo e à compreensão de capacidades empreendedoras de estudantes da Educação Básica pública, desta vez, oriundos de famílias participantes de programas sociais do Governo Federal. No que se refere à pesquisa, a coleta de dados ocorreu em dois momentos. No início da trajetória formativa, em abril de 2011, um questionário (Apêndice 1) foi aplicado visando à caracterização de habilidades e competências sócio-políticas e técnicas dos participantes para o empreendedorismo social. Nova coleta, em dezembro de 2012, no encerramento do trajeto formativo avaliará, a partir de comparações início versus fim, evoluções nos atributos constantes do instrumento. Neste ponto, é pertinente registrar que o presente texto, revisado em outubro de 2012, não retrata a totalidade dos resultados da ação, mas, sim, a descrição do perfil socioeconômico dos participantes e a metodologia OASIS de Intervivência Universitária.

Para cumprir tais intentos, o presente texto está assim estruturado. Após esta introdução, que fornece informações a respeito da origem e do contexto em que se dá a ação de Intervivência Universitária, são tratadas a relevância e a qualificação do problema

221

O SUAS EM SANTA CATARINA: OS CONCEITOS-CHAVES DA PROTEÇÃO SOCIOASSISTENCIAL BÁSICA EM PERSPECTIVA

que orienta pesquisa no campo do comportamento empreendedor, de natureza social, junto a jovens participantes da ação extensionista realizada. Neste sentido, é pertinente antecipar que o trabalho realizado assumiu viés de pesquisa-ação, estando, tanto a pesquisa quanto a extensão, em fase de conclusão. Por esta razão, o presente texto detém-se à narrativa da metodologia OASIS de Intervivência Universitária. Seguem-se, então, dois tópicos relativos às bases que orientam a metodologia socioeducativa em pauta – um, abordando bases teóricas da ação, que se encontram centradas na Educação Popular e na Pedagogia da Alternância; o outro, abordando bases conceituais e empíricas que tomam como referência alguns resultados de pesquisa de Mestrado concluída no tema (SILVA, 2011). O tópico seguinte descreve todo o percurso da Intervivência Universitária OASIS passo-a-passo, indicando conteúdos abordados, momentos previstos e o modo como a metodologia articula atividades de ensino, pesquisa e extensão. Ao final, o texto elenca ressalvas e possibilidades para eventuais exercícios de replicação da estratégia socioeducativa OASIS, ressaltando que esta pode contribuir, dentre outras situações, com programas governamentais destinados à juventude, a exemplo do Programa Nacional de Inserção de Jovens – PROJOVEM³, pois, apresenta potencial para o desenvolvimento de habilidades e competências sociopolíticas e técnicas sob a forma de educação complementar.

2. RELEVÂNCIA E QUALIFICAÇÃO DO PROBLEMA

Ao longo da história, as sociedades convivem com contextos paradoxais, o que, na contemporaneidade, tende a se mostrar mais evidente especialmente em virtude dos vastos recursos de comunicação e informação disponíveis. Ao tempo em que ocorrem avanços e revoluções no conhecimento e nos sistemas técnicos, processos de exclusão e desigualdade social se instalam. Assim, advoga Hobsbawn (2007), as sociedades continuam sendo atingidas por graves problemas sociais, uma vez que, o que se convencionou chamar de globalização, não trouxe tempo de igual divisão política, econômica e militar entre os países, mas, ao contrário, processos de intercâmbio comercial, informacional, cultural e financeiro marcado por novas relações e partilhas desiguais. O desenvolvimento técnico-econômico apresenta, todavia, potencial para proporcionar condições para a humanidade possa cumprir as promessas da modernidade ocidental, de liberdade, democracia e igualdade. Porém, é nítido o desafio no alcance desses propósitos, o que tem ocasionado inquietações e crises frente a processos de desenvolvimentos em patamares desiguais e injustos, até mesmo em nações com indicadores mais satisfatórios de qualidade de vida, a exemplo das europeias.

Ao abordar o tema da pobreza, Santos (2010) destaca que os países subdesenvolvidos conheceram, durante a última metade do século XX, pelo menos três formas de pobreza: pobreza incluída, considerada como acidente natural ou social, ou, como pobreza acidental, produzida em certos momentos do ano; pobreza de marginalidade, considerada doença da civilização e cuja existência é fruto do pro-

3 TRATA-SE DE METODOLOGIA QUE PODE SER APLICADA, MEDIANTE ADEQUAÇÕES, NAS VÁRIAS MODALIDADES DO PROGRAMA – PROJOVEM ADOLESCENTE; PROJOVEM TRABALHADOR; PROJOVEM URBANO; PROJOVEM CAMPO.

cesso econômico da divisão do trabalho, porém, por ser considerada de menor gravidade, não recebe tratamento sistêmico e, assim, busca-se, junto ao Estado, alternativas de resolução; pobreza estrutural globalizada, que se apresenta diferente das anteriores, pois, é generalizada, permanente e não local, uma vez oriunda do desemprego, da baixa remuneração dos trabalhadores, da precarização das relações de trabalho e emprego e da ausência – ou restrição – do poder público em tarefas de proteção social. Destaca Santos (2010) que este tipo de pobreza é considerado, no cenário contemporâneo, inevitável e até mesmo natural, porém, afirma, trata-se de pobreza determinada politicamente por empresas, Estado e instituições globais.

Demo (2010), por sua vez, denuncia a pobreza motivada pela centralização de renda por certos segmentos da sociedade, e, ainda, a pobreza política, fundada em restrita conscientização das pessoas como resultado de pregações ideológicas e de ações de grupos dominantes, levando-as ao não exercício da cidadania. Para ele, é necessário o combate firme à pobreza mediante a oferta de condições e recursos materiais e o desenvolvimento, junto à população, de consciência crítica. O desenvolvimento de tal consciência crítica envolve processos educativos e, neste sentido, tal leitura se aproxima daquela defendida por Freire (1987), para quem a escola não distribui poder, mas, constrói saber que, em essência, é poder. A pedagogia neoliberal, para Freire, é uma pedagogia de exclusão, justamente por retirar da pedagogia a sua essência política. Não se muda a história sem conhecimentos, e, portanto, faz-se necessário educar o conhecimento, assumindo a escola o papel de colocar o conhecimento nas mãos dos excluídos de forma crítica. Por essa razão, Freire (1987) associa, em vários momentos da sua vasta produção acadêmica, educação e politização, entendendo que pobreza política produz pobreza econômica. Ninguém ignora tudo, ninguém sabe tudo, afirma. Por essa razão, o analfabeto político não consegue entender as causas da sua pobreza econômica.

O exercício de superação da pobreza política, a que se refere o autor, exige novos espaços de criação e desenvolvimento humano e comunitário, social e sustentável, que leve as pessoas à obtenção de poder, à consciência crítica e, a partir daí, a formas de vida dignas e justas. Neste sentido, a escola, ou, o sistema de educação formal, apresenta-se como espaço privilegiado a iniciativas, movimentos e organizações que, através de vínculos em redes e alianças, se oponham a exclusões, injustiças, desigualdades e ausência de paz pela via de experiências alternativas de cooperação, partilha, reciprocidade e solidariedade. Seria o que Santos (2005b) convencionou como globalização alternativa, contra-hegemônica, em que alguns elementos, que baseiam a atual, seriam utilizados, porém, com outros fundamentos sociais e políticos, a exemplo das tecnologias da informação.

Em tempos de desenvolvimentos econômico-financeiros questionáveis, de degradação ambiental acelerada e de sistemas que se mostram insustentáveis, fazem-se necessárias reflexões menos lineares e imediatistas, diálogos entre diversos saberes, demarcados por novas práticas, processos socioeducativos voltados à alteração de hábitos de indivíduos e coletividades, processos sustentáveis de produção e de preservação de recursos naturais e respeito ao meio ambiente. Tais requisitos integram, por exemplo, a agenda da Educação Ambiental, o que, segundo Carvalho (2004),

representa mudança de valores e atitudes no sentido da sensibilização solidária do indivíduo com o meio social e ambiental, para formar sujeitos capazes de perceber, problematizar e intervir tendo como horizonte a ética fundada na justiça social. Assim entendida, a Educação Ambiental aproxima-se de outros construtos, a exemplo da Educação Popular, ambos com nítidos interesses na reflexão e na criticidade.

Em cenário político de limitado interesse da população por decisões de interesse público tomadas em instâncias de participação popular e controle social, como conselhos, fóruns e colegiados, a juventude rural – especialmente no sertão nordestino, historicamente marcado por condições econômicas e sociais vulneráveis – mostra-se distante e indiferente aos acontecimentos nos domínios da gestão pública municipal e territorial. Predominam, por um lado, ceticismos em tal participação, em virtude de comodismo, descrença e desconhecimento da população acerca do exercício do controle social, e, por outro, práticas políticas tradicionais que não incorporam a transparência e a gestão participativa de demandas populares na Administração Pública. Fatos dessa natureza conduzem ao entendimento de que os espaços públicos emergentes no Brasil encontram-se permeados por conflitos e dificuldades de concretização, ainda que, mediante lento e contínuo processo de gestação dentro do que se poderia chamar de contratendência na direção da conformação de uma cultura política democrática (TATAGIBA, 2002).

É, pois, no intuito de conhecer e modificar atitudes de jovens em relação a tal dimensão política – de participação e engajamento na gestão de demandas públicas – que a metodologia OASIS de Intervivência Universitária incorpora estratégia didático-pedagógica de formação crítica e reflexiva, sintonizada com preceitos da Educação Popular e construtos congêneres. Todavia, a estratégia socioeducativa adotada incorpora, além da dimensão política, as dimensões ambiental, sociocultural e econômica, esta última, mediante o incentivo à ação solidária, de interesse público, centrada no trabalho voluntário, e pela via do estímulo ao trabalho associativo e cooperativo.

A relevância da natureza do trabalho acadêmico aqui narrado, é factível afirmar, reside, primordialmente, no poder de transformação atitudinal de jovens em situação socioeconômica vulnerável, e, depois, na sistematização de informações conhecimentos relativos a atributos comportamentais desse universo, aliados ao mapeamento de expectativas e perspectivas de futuro. Informações oriundas de trabalhos acadêmicos com tal enfoque, portanto, contribuem para retroalimentar a formulação de políticas públicas voltadas à juventude. Neste quesito, o da pesquisa acadêmica voltada à sistematização de elementos atitudinais e de comportamento organizacional, uma questão central orienta investigações conduzidas pela equipe executora: que efeitos a aplicação de recursos de Educação Popular e de Intervivência Universitária provoca em termos de formação de competências e habilidades sociopolíticas e técnicas para o empreendedorismo social junto a jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica?

3. BASES TEÓRICAS DA AÇÃO

O desejo por mudanças da realidade social, centradas na promoção de elementos de ordem substantiva – valorizadoras da diversidade da vida, do mundo natural e

da condição humana – demanda ações educativas a partir da consciência crítica acerca das condições de desigualdades, o que requer, segundo Gadotti (1996), uma ética da diversidade e uma cultura da diversidade, pois, uma sociedade multicultural deve educar o ser humano em perspectiva multicultural. O cenário global, de acordo com o autor, exige reconstrução do saber da escola e da formação do educador. Em vez da impressão de se julgar dono do saber, o professor deve promover o entendimento e a escola deve ser assumida como espaço de convivência, onde conflitos são trabalhados, não camuflados.

É, pois, nesse contexto global e sistêmico, que se destacam, de acordo com Gadotti (1996), duas dimensões nas obras de Paulo Freire:

a. dimensão interdisciplinar. O objetivo da interdisciplinaridade é experimentar a vivência da realidade global que se inscreve nas experiências cotidianas e que, na escola tradicional, é fragmentada. Desta forma, articular saber, conhecimento, escola, comunidade e meio-ambiente é o objetivo da interdisciplinaridade, que se traduz em trabalho educacional coletivo e solidário;

b. a dimensão interacional e solidária. Para viver o tempo presente, a escola precisa preparar o cidadão para participar de uma sociedade planetária, não apenas transmitindo conhecimentos, mas, também, preocupando-se com a formação global, numa visão em que o conhecer e o intervir no real se encontrem. Para tanto, continua Gadotti (1996), é preciso saber trabalhar as diferenças e aceitar que, para me conhecer, preciso conhecer o outro.

A dimensão interdisciplinar envolve partilha de vivências de todos articulando saberes e conhecimentos, ao passo que a dimensão interacional e solidária contempla a ideia de que a escola deverá formar para a consciência crítica. Neste sentido, a solidariedade torna-se princípio ético e social imprescindível e incondicional. Entretanto, conforme alerta Demo (2002), a solidariedade pode se tornar tática de imbecilização, na medida em que, a partir de apelos com tal conteúdo, se consegue a adesão útil dos segmentos populacionais excluídos, a domesticação.

A solidariedade tem estado em destaque nos dias atuais especialmente em casos de enfrentamento à pobreza e em situações de calamidade. Por ser ambíguo, ou seja, por permitir vários entendimentos, sentidos e até efeitos opostos, Demo (2002) destaca que solidariedade se aproxima de outras concepções, dentre as quais, as de cooperação e altruísmo. Wrigth (2000), por sua vez, enfatiza que o ser humano geneticamente apresenta, mesmo em atos de bondade e solidariedade, formas egoístas de ser, e o faz, na maioria das vezes, para sobreviver ou, simplesmente, se beneficiar. Desta forma, há atos solidários próximos à caridade e à filantropia, que se voltam ao “dar” e ao “ajudar” e que, muito mais alivia a consciência de quem ajuda do que, efetivamente, resolve o problema do ajudado. O resultado é uma solidariedade que não emancipa. Em contrapartida, há a solidariedade que liberta, emancipa e que emana autonomia e não subjugação. Nesta perspectiva, a solidariedade compromete e une, em ato político participativo, interativo, e, assim, torna-se capaz de produzir emancipação social, dignidade, mudança de vida e liberdade e, não, a simples assistência.

▲ ASSISTÊNCIA SOCIAL E TERRITORIALIDADES

Esta última perspectiva de solidariedade aparece na vasta obra de Paulo Freire. Para ele, a educação, como processo de transformação do homem e do mundo, transcende a função pedagógica e alcança outros campos como economia, política, ciências sociais, causas ambientais e sustentabilidade. O autor defende a consciência crítica, a interação e a convivência harmônica entre os indivíduos e destes com o meio ambiente. Tanto a opulência, por um lado, quanto a pobreza, por outro, sugerem desenvolvimento insustentável ao longo do tempo, e, assim, a espécie humana experimenta desafios como a perda do equilíbrio ambiental, a erosão cultural e o empobrecimento ético e espiritual como resultados de uma educação que domestica as pessoas para o consumo útil e o obsolescimento contínuo, planejado e posto em prática por grandes corporações, tornando-as competitivas, consumistas e egocêntricas. A população é, em tal estratégia pedagógica, preparada para ignorar as consequências de certos atos perversos – afirma Freire (1987) em *Pedagogia do Oprimido*.

Em *Educação e atualidade brasileira* (FREIRE, 1959), o discurso do autor, a respeito de uma perspectiva educacional integral e sistêmica, capaz de unir o homem ao meio em que vive e, então, ao mundo, persegue perspectiva contextualizada: “É preciso aumentar o grau de consciência do povo, dos problemas de seu tempo e de seu espaço. É preciso dar-lhe uma ideologia do desenvolvimento” (FREIRE, 1959, p.28). Para tanto, a *Pedagogia do Oprimido*, forjada com o indivíduo e não para ele, busca a recuperação da humanidade, nas diversas dimensões da vida, fazendo da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, o que resulta no engajamento necessário à luta por libertação (FREIRE, 1987, p.32).

O intuito é a construção de uma pedagogia que incorpore a realidade em que se encontram os educandos e a consciência que dela eles trazem. Em *Educação como prática da liberdade* (FREIRE, 1982), o autor defende mudanças na sociedade através de uma «reforma interna» do homem, via «conscientização», contemplando categorias econômicas na análise. Demo (2000) lembra que, em Freire, a função da educação, de caráter reconstrutivo político, se destina a desfazer a condição de massa de manobra da população oprimida, uma vez que o sistema econômico não teme o pobre que tem fome, mas, sim, o pobre que sabe pensar. Não seria, portanto, a miséria material das massas, mas, a ignorância, que a faz esperar soluções produzidas por um sistema econômico opressor.

Sob tal cenário de relações desiguais de poder, esforços pedagógicos destinados à superação de entraves que mantêm segmentos populacionais na ignorância política, devem, necessariamente, propiciar condições para que, através do acesso ao conhecimento, tais frações possam alcançar a criticidade, exercer poder e se desenvolver em termos intelectuais, ocupando e (re)criando espaços e experiências de vida a partir de leituras próprias de mundo e ações autônomas. Empreendedorismo é termo que, no uso contemporâneo, se ajusta à qualificação dessa perspectiva de atuação humana, renovada, consciente, inovadora, liberadora.

Drucker (1987) alerta que o termo empreendedorismo é associado, não raro, à abertura de novos negócios, o que nem sempre é verdadeiro. De acordo com o autor, iniciar um novo negócio não é a essência do empreendedorismo. Empreendedores são indivíduos que têm capacidade para criar algo novo, diferente, mudando ou trans-

formando coisas e valores. Desta forma, o termo assume significado bem mais amplo do que normalmente é a ele associado. O empreendedor possui características comportamentais que, uma vez aplicadas, alteram contextos diversos, o que pode ocorrer via criação de empresa – mas não necessariamente – ou dentro de empreendimentos pré-existente – na perspectiva do intra-empreendedorismo – ou, ainda, em espaços coletivos, como organizações solidárias, cooperativas e associativas, e, públicos, a exemplo de intervenções em escolas, igrejas, bairros, comunidades.

No amplo universo das ações empreendedoras, uma em particular amolda-se à formação sociopolítica, especialmente quando se trata de processo metodológico focado em temas de interesse público junto a segmentos juvenis. Trata-se do Empreendedorismo Social, construto que aborda a sociedade à luz da justiça social e do comportamento ético e que estimula práticas sociais voltados ao bem comum e à vida comunitária. Melo Neto e Froes (2002) argumentam que o Empreendedorismo Social tem, como pressupostos, reflexão, criação e desenvolvimento de soluções coletivas, inserção social e exercício da cidadania, estabelecimento de parcerias e redes integrativas entre governo, comunidade e setor privado, foco na qualidade de vida, reversão do distanciamento entre economia, sociedade e ética e reforço ao ato solidário. Assim, estão postas oportunidades para o desenvolvimento comunitário, visando à promoção da qualidade de vida, do respeito, da autonomia, do usufruto de direitos, do senso de coletividade, da participação, dentre outros aspectos.

Este tipo de comportamento empreendedor requer indivíduo comprometido com o bem comum, politizado, conhecedor da realidade em que vive e, acima de tudo, solidário. Dentre os vários segmentos sociais, os jovens apresentam potencial privilegiado para tal empreitada. Primeiro, em virtude do vigor que lhes é próprio, aliado às expectativas e aos sonhos que nutrem na vida. Depois, há de se considerar que a juventude de hoje será responsável, num futuro não muito distante, pela condução dos destinos de famílias, comunidades, municípios, povos, nações e, em sentido amplo, da própria humanidade. Serão, portanto, protagonistas sociais, políticos, trabalhadores, gestores.

Iniciativas são consideradas empreendedoras quando inovam e trazem respostas a demandas sociais, políticas ou econômicas. A simples abertura de um negócio, portanto, não deve, por si, ser abordada como fruto de ato empreendedor. Reproduzir o que outro fez anteriormente ou faz – conforme ilustra Drucker (1987) ao se referir à abertura de restaurante de comida mexicana em subúrbio dos Estados Unidos – não caracteriza ato empreendedor. De outra forma, a implantação de ações inovadoras, de aprendizagem ou de complementação de estudos, voltadas à qualidade de vida, à melhoria da educação, ao zelo pelo meio ambiente, ao convívio solidário no espaço público, dentre outras iniciativas de caráter substantivo, são atos empreendedores, uma vez que alteram cenários sociopolíticos. Enquanto programas de formação empreendedora para o mundo dos negócios zela pela eficiência, mediante inovações que reduzem custos, maximizam resultados e potencializam efeitos de racionalidade econômico-financeira, programas de empreendedorismo social focam a promoção do bem-estar social, a coletividade, a justiça, a garantia de direitos, a consciência de deveres, o ato solidário, dentre outros valores humanitários.

4. BASES CONCEITUAIS E EMPÍRICAS DA AÇÃO

A Intervivência Universitária, na origem, é recurso de formação complementar de jovens, pela via da superação de entraves de acesso ao conhecimento. É expressão concebida por iniciativa de integrantes de movimentos sociais, vinculados à agricultura familiar, acadêmicos e técnicos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A iniciativa é recente no Brasil e, desta forma, a produção acadêmica no tema encontra-se, ainda, no início. A dissertação de Mestrado intitulada Empreendedorismo Social e Protagonismo Juvenil: a Estratégia Socioeducativa do Projeto OASIS de Intervivência Universitária (SILVA, 2011) – apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – abordou o assunto e apresenta-se como um dos primeiros trabalhos científicos a respeito do assunto.

A Intervivência Universitária, conforme registra Silva (2011), é uma forma específica de extensão em que Instituições de Ensino Superior garantem acesso ao conhecimento e vivências com o meio acadêmico a indivíduos que não estão diretamente a elas vinculados. No cenário acadêmico nacional, surgiu no ano de 2008, através de edital público⁴ específico que selecionou projetos voltados à divulgação e à apropriação de conhecimentos, gerais e especializados – disponíveis nas Universidades, nos Centros Tecnológicos e nas Escolas Técnicas Públicas – por jovens estudantes residentes da zona rural, integrantes de atividades educativas, extensionistas e organizativas.

O referido Edital objetivou a criação de oportunidades para que jovens da zona rural ingressassem em ambientes de formação qualificada e de geração de conhecimentos, de Instituições de Ensino Superior e Tecnológicas, pela via do acesso a contextos inter e multidisciplinares e da transformação dos participantes em agentes de desenvolvimento em suas localidades (CNPQ, 2010). De acordo com o Edital, os projetos submetidos poderiam contemplar as várias áreas do conhecimento na promoção de formação genérica, localmente relevante, ou, de formação específica, com foco temático em ciências, tecnologia e em temas especializados como saúde e educação, organização social e associativismo, ecologia, legislação ambiental e utilização de recursos naturais, produção agrícola, zootécnica e agroecológica, empreendedorismo, administração rural, negócios e contabilidade, computação, informática e comunicação.

O Programa de Intervivência Universitária inovou ao tornar pública uma forma peculiar de extensão universitária. Consiste em sistemática que gera possibilidades, a indivíduos em situação socioeconômica vulnerável, de vivências no contexto acadêmico, dotando-os de conhecimentos e tornando-os agentes de melhorias para as comunidades nas quais estão inseridos. Neste tipo de extensão busca-se o desenvolvimento dos participantes tanto individualmente quanto coletivamente, multiplicando-se vivências e estabelecendo-se forte relação de proximidade entre academia e comunidade, com crescimentos mútuos e experiências compartilhadas. Neste sentido, desenvolvem-se, tanto os contemplados, por meio da formação so-

4 EDITAL Nº 23/2008 DO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPQ), COM APOIO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (MCT), DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA) E RECURSOS DO FUNDO SETORIAL DE AGRONEGÓCIOS (CT-AGRONEGÓCIO)

cial, política e técnica a que tem acesso e que norteará o trabalho e a vida, quanto os universitários, que passam a dialogar com culturas, saberes e práticas de comunidades ampliando o espectro da formação em perspectiva inter e multidisciplinar. A Intervivência pode se configurar, também, como oportunidade de integração e fomento às três funções constitucionais da Universidade – ensino, pesquisa e extensão.

Resultados da experiência pioneira da Intervivência Universitária OASIS, no período 2009/2010, atestam a relevância da estratégia metodológica adotada, o que é objeto de descrição no tópico seguinte. Na dissertação de Mestrado supracitada, Silva (2011) realizou estudo de natureza qualitativa, junto aos participantes da experiência pioneira, tendo como objetivo analisar a estratégia socioeducativa do Projeto de Intervivência Universitária OASIS na formação de agentes de desenvolvimento comunitário, sob a perspectiva do empreendedorismo social. Para tanto, o autor adotou três categorias-chave: Empoderamento, entendida como aquisição de novos valores, atitudes e comportamentos pelas pessoas, os quais acarretarão no aumento de seus poderes, autonomias nas relações interpessoais e institucionais, resultando assim no desenvolvimento das regiões em que vivem (MELO NETO; FROES, 2002; KLEBA; WENDUSEN, 2009); Capital Social, percebida como relações informais baseadas na confiança, na cooperação, na solidariedade, na participação cívica e no compromisso visando ao bem coletivo (PUTNAM, 2007; D´Araujo, 2003); Protagonismo Juvenil, apreendida como ações desempenhadas por jovens em benefício comunitário. O jovem, aqui, é sujeito central, atuante, influenciador e executor de ações que proporcionam ganhos sociais (SOUZA, 2009; COSTA; VIEIRA, 2006).

A pesquisa realizada alcançou as seguintes conclusões. Na categoria empoderamento, conclui o autor que os alunos, de modo geral, desenvolveram novos valores que resultaram em mudanças de atitudes e comportamentos. Os desenvolvimentos ocorreram especialmente no tocante à preocupação com o meio ambiente, à melhoria nas relações interpessoais, ao desenvolvimento da autoconfiança e da autoestima, ao desenvolvimento da autonomia e à responsabilidade social com o local. Na categoria capital social foram identificados desenvolvimentos no tocante à confiança e à cooperação, fruto de relações construídas pelos jovens ao trabalharem em grupo, sempre, em atividades da Intervivência. Por outro lado, no que se refere à participação cívica, o desenvolvimento percebido foi tímido. Na categoria protagonismo juvenil, a estratégia de desenvolvimento de ações, idealizadas e realizadas a partir de grupos, visando à geração de benefícios sociais, mostrou-se válida e relevante e forneceu aos participantes novos significados para o trabalho coletivo.

A estratégia socioeducativa da Intervivência Universitária OASIS, portanto, conclui Silva (2011), dentro do contexto teórico do empreendedorismo social, trouxe importantes contribuições para o desenvolvimento dos jovens nas categorias empoderamento e capital social – elementos que compõem tal construto – influenciando positivamente no desenvolvimento de atividades voluntárias nos municípios aos quais pertencem. Não obstante tais resultados positivos foram identificados problemas no acompanhamento dos participantes e na execução das atividades de campo, ocorridas nos intervalos entre uma e outra formação, ou seja, entre o período de aproximação com a Universidade/tempo escola e de execução de atividades

no município/tempo comunidade. As dificuldades ocorreram, especialmente, em virtude da insuficiência no monitoramento por parte dos supervisores municipais, que mantiveram frágil padrão de interação com os participantes.⁵ Outro ponto destacado pelo autor, refere-se a lacunas, reclamadas pelos participantes, de temas comuns ao universo juvenil, como sexualidade, drogas, arte, cultura e esporte. Por esta razão, conclui Silva (2011), torna-se relevante que, no processo formativo proposto, os alunos tenham acesso a formações em assuntos próprios do momento da adolescência.

A partir dessas observações, o Projeto Ação Interinstitucional de Fomento ao Protagonismo Juvenil: Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário no Território do Mato Grande/RN foi concebido e, em seguida submetido ao Edital 36/2010 CNPq/MDS. O propósito central foi, então, replicar a estratégia de Intervivência OASIS contemplando, neste segundo período, oficinas em Arte e Cultura, Esporte e Lazer e DST, Drogas e Sexualidade na Adolescência. Em relação à atuação insuficiente da atividade de supervisão, referida por Silva (2011), a estratégia replicada passou a contemplar dois sistemas de monitoramento dos coletivos municipais: um, já previsto e aplicado na proposta original, exercido por Monitor Municipal (indicado pelo poder executivo), e, outro, por Tutor Acadêmico, definido entre os membros da equipe da UFRN/Incubadora.

A proposta apresentada pela equipe da Incubadora Organização de Aprendizagens e Saberes em Iniciativas Solidárias – OASIS, responsável pela Intervivência Universitária OASIS, destinou-se, preliminarmente, à caracterização de atributos comportamentais de jovens potiguares, da Educação Básica pública, em termos de competências e habilidades para intervenções empreendedoras no campo social. Contemplou, ainda, a atividade de replicação da proposta de extensão no formato de Intervivência Universitária, conforme exposto anteriormente. No que se refere à pesquisa, um questionário (Apêndice 1) foi aplicado aos participantes e será objeto de nova aplicação ao final do corrente ano. A aplicação do instrumento no início (março de 2011) e ao final da ação (dezembro de 2012) permitirá à equipe avaliações em termos de mudanças ocorridas nos atributos estudados indicando o potencial da metodologia socioeducativa na qualificação de jovens para o Empreendedorismo Social. A pesquisa tem natureza quantitativa e os resultados dela advindos serão objeto de publicação futura. Já o trajeto da atividade de extensão, sob a forma de Intervivência Universitária, encontra-se no tópico seguinte.

5. A METODOLOGIA OASIS DE INTERVIVÊNCIA UNIVERSITÁRIA

A Intervivência Universitária OASIS integra indivíduos e articula ações, em perspectiva inter e multidisciplinar, nas seguintes dimensões:

5 A INTERVIVÊNCIA UNIVERSITÁRIA OASIS PREVIU, DESDE O PRINCÍPIO, O ACOMPANHAMENTO DE CADA COLETIVO MUNICIPAL POR SUPERVISOR INDICADO PELA GESTÃO MUNICIPAL, GERALMENTE, PROFESSOR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO. COMPETE AO SUPERVISOR, ORIENTAR AS AÇÕES DOS PARTICIPANTES PROMOVENDO REUNIÕES, MEDIANDO CONFLITOS, DEFININDO E ACOMPANHANDO AS AGENDAS GRUPAIS E AVALIANDO DESEMPENHOS.

a. ensino: momento em que participantes e acadêmicos se encontram em sala de aula para intercâmbios de saberes, construção e sistematização coletiva de conhecimentos. É momento de reflexão, integração e socialização que suplanta a perspectiva da “educação bancária” para alcançar processo pedagógico problematizador. De acordo com Freire (2008b), a educação bancária tem por finalidade manter a divisão entre os que sabem e os não sabem, entre oprimidos e opressores, negando a dialogicidade. Trata-se de pedagogia burguesa que compara os educandos a meros depositários de uma bagagem de conhecimentos, assimilados sem discussão. Em contraposição, a educação problematizadora funda-se, justamente, na relação dialógico-dialética entre educador e educando, e, ambos aprendem juntos;

b. pesquisa: anterior a cada momento de sala de aula, os participantes recebem roteiros de entrevista, em número de quatro, voltados aos temas: Associativismo – entrevista aplicada junto à direção de associação, em geral de Assentamento da Reforma Agrária (Apêndice 1); Controle Social – aplicada junto a membros dos conselhos municipais e concebida para aplicação em reunião de cada conselho selecionado, com a participação de todos os conselheiros (Apêndice 2); Geração e Destinação do Lixo Municipal – entrevista voltada à apropriação de condições gerais de riscos ambientais relacionados ao lixo doméstico e público do município, realizada junto à Secretaria de Serviços Urbanos ou similar (Apêndice 3); Gestão e Políticas Públicas – entrevista realizada com o/a prefeito/prefeita municipal e voltada à assimilação de condições de funcionamento dos vários órgãos da Administração Municipal e políticas públicas em andamento (Apêndice 4);

c. extensão: oficinas no tema Elaboração de Projetos Sociais em conjunto com Trabalho Voluntário e Responsabilidade Social, Protagonismo Juvenil e Empreendedorismo Social, na rodada inicial de formação (ensino), provoca e incentiva os participantes ao desenvolvimento de iniciativas sociais inovadoras. O intuito da 1ª. rodada é provocar a elaboração de propostas de intervenção – em comunidades e escolas – com foco no empreendedorismo social. Desta forma, em grupos, os participantes discutem e elegem problemas que identificam na comunidade onde moram ou na escola onde estudam, e, a partir daí, elaboram propostas de intervenção visando à minimização de efeitos indesejáveis ou à resolução de problemas identificados. A oficina em Elaboração de Projetos Sociais é desenvolvida a partir da técnica 5W2H – com as seguintes questões norteadoras: O que fazer? (What); Público envolvido - Quem? (Who); Justificativa/ relevância da proposta - Por que fazer? (Why?); Onde será desenvolvida a ação? (Where?); Cronograma de execução – Quando fazer? (When?); Metodologia da intervenção – Como fazer? (How?); Orçamento – quanto custará? (How Much?).

O Quadro 1, abaixo, sintetiza a trajetória geral de atividades da Intervivência Universitária OASIS por período de tempo e localidade onde ocorrem.

Quadro 1 – Percurso Geral da Intervivência Universitária OASIS

		LOCAL	ATIVIDADE
ANO 1	1º. SEMESTRE	UFRN	SOLEINIDADE DE ABERTURA RECEPÇÃO AOS INTERVIVENCIANOS
		ESCOLA PÚBLICA EM MUNICÍPIO PARTICIPANTE	1ª. RODADA DE FORMAÇÃO/ENSINO ORIENTAÇÕES PARA A 1ª. PESQUISA
		ESCOLA PÚBLICA DE MUNICÍPIO PARTICIPANTE E COMUNIDADES	TUTORIA/ MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES
	2º. SEMESTRE	ESCOLA PÚBLICA EM MUNICÍPIO PARTICIPANTE	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA 1ª. PESQUISA APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO EM ANDAMENTO 2ª. RODADA DE FORMAÇÃO/ENSINO ORIENTAÇÕES PARA A 2ª. PESQUISA
		UFRN	VISITA À FEIRA DE CIÊNCIAS
		ESCOLA PÚBLICA E COMUNIDADES	TUTORIA/ MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES
FÉRIAS	FEVEREIRO	ESCOLA PÚBLICA EM NATAL/UFRN	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA 2ª. PESQUISA APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO EM ANDAMENTO 3ª. RODADA DE FORMAÇÃO - ENCONTRO DE LONGA DURAÇÃO ORIENTAÇÕES PARA A 3ª. PESQUISA
		UFRN	VISITA A LABORATÓRIOS PALESTRAS COM PRÓ-REITORIAS (ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO)
ANO 2	1º. SEMESTRE	ESCOLA PÚBLICA EM MUNICÍPIO PARTICIPANTE	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA 3ª. PESQUISA APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO EM ANDAMENTO 4ª. RODADA DE FORMAÇÃO/ENSINO ORIENTAÇÕES PARA A 4ª. PESQUISA
		ESCOLA PÚBLICA DE MUNICÍPIO PARTICIPANTE E COMUNIDADES	TUTORIA/ MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES
	2º. SEMESTRE	ESCOLA PÚBLICA EM MUNICÍPIO PARTICIPANTE	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA 4ª. PESQUISA APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO EM ANDAMENTO 5ª. RODADA DE FORMAÇÃO/ENSINO ENCAMINHAMENTOS PARA A FINALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES
		ESCOLA PÚBLICA DE MUNICÍPIO PARTICIPANTE E COMUNIDADES	TUTORIA/ MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES
		MUNICÍPIO	ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES EM CADA MUNICÍPIO
		NATAL/UFRN	ENCERRAMENTO DO PROJETO EM CLUBE/ ÁREA DE LAZER
		NATAL/UFRN	AVALIAÇÃO GERAL E PREPARAÇÃO DE TEXTO(S) PARA PUBLICAÇÃO

FONTE: ELABORADO A PARTIR DO PROJETO EXECUTADO, 2011.

As atividades previstas ocorrem na perspectiva da Pedagogia da Alternância⁶ intercalando períodos de ensino, pesquisa e extensão a partir de formações e vivências com a equipe da Universidade/tempo escola e pesquisas e intervenções locais/tempo comunidade. Conforme indicado anteriormente, durante a primeira formação os participantes elaboram, na Oficina de Elaboração de Projetos Sociais, propostas de intervenção social a serem efetivadas nos municípios, que são subs-

6 A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA CONSISTE EM METODOLOGIA DE ORGANIZAÇÃO DO ENSINO QUE CONJUGA DIFERENTES EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS DISTRIBUÍDAS AO LONGO DE TEMPOS E ESPAÇOS DISTINTOS, TENDO COMO FINALIDADE UMA FORMAÇÃO INTEGRAL. O MÉTODO COMEÇOU A TOMAR FORMA EM 1935 A PARTIR DE INSATISFAÇÕES DE UM GRUPO DE AGRICULTORES FRANCESES COM O SISTEMA EDUCACIONAL DO PAÍS, QUE NÃO ATENDIA ESPECIFICIDADES DA EDUCAÇÃO PARA O MEIO RURAL. A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA COM A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA COMEÇOU EM 1969, NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ONDE FORAM CONSTRUÍDAS AS TRÊS PRIMEIRAS ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS.

tituídas por outra(s), após conclusão, ou, eventualmente, modificadas, a partir de acordos internos do grupo ou de constatação posterior de inviabilidade. As atividades de ensino ocorrem em conteúdos diversos e contemplam, à exceção do primeiro momento, oficina em tema que suscitou pesquisa antecipadamente. Assim, o momento de ensino tem início com a apresentação dos resultados da pesquisa requisitada, de modo a permitir que a discussão em sala de aula flua com base em dados concretos, coletados no ambiente de existência dos participantes.

No intuito de evitar transtornos para os alunos – tanto os participantes dos municípios quanto os membros da UFRN – no que se refere ao cotidiano escolar e acadêmico, os encontros ocorrem, sempre, em quatro eventos de “curta duração”, um por semestre, em finais de semana – sábado e domingo – e, em fevereiro, nas férias, pelo período de uma semana – este, caracterizado como evento de “longa duração”. A efetivação do percurso geral das ações da Intervivência Universitária OASIS contempla, no intervalo entre cada atividade de ensino com a equipe da UFRN/tempo escola, períodos de monitoramento e avaliação do desempenho dos coletivos municipais, tarefa realizada por:

a. Tutor Acadêmico: estudante da UFRN responsável pelo acompanhamento dos coletivos em cada município que, em conjunto com os intervencionistas e o Monitor Municipal, planeja atividades, acompanha a execução, fornece apoio às intervenções planejadas, orienta e avalia o desempenho dos grupos de cada município (entre 5 e 7 membros) e do coletivo como um todo;

b. Monitor Municipal: indicado pela prefeitura municipal, é responsável pelo agendamento das atividades dos grupos de cada município e das reuniões do coletivo municipal, atuando em sintonia com o Tutor Acadêmico nas tarefas de planejamento, execução, controle e avaliação das ações de extensão – os projetos sociais de intervenção idealizados pelos grupos – e de pesquisa, conforme previstas para cada período.

Quadro 2 – Percurso de Oficinas Previstas na Trajetória Ensino

MOMENTO	OFICINAS/ ATIVIDADES DE ENSINO	PESQUISA
1ª. RODADA DE FORMAÇÃO	ELABORAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS TRABALHO VOLUNTÁRIO E RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPREENDEDORISMO SOCIAL E PROTAGONISMO JUVENIL	ORIENTAÇÕES PARA A PESQUISA EM ASSOCIATIVISMO/ COOPERATIVISMO
2ª. RODADA DE FORMAÇÃO	ASSOCIATIVISMO, COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA DESENVOLVIMENTO DE EQUIPES E LIDERANÇA	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA EM ASSOCIATIVISMO/COOPERATIVISMO ORIENTAÇÕES PARA A PESQUISA EM CONTROLE SOCIAL
FÉRIAS FORMAÇÃO DE LONGA DURAÇÃO	CONTROLE SOCIAL E PARTICIPAÇÃO PROCESSO E FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS QUALIDADE ORGANIZACIONAL GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS NUTRIÇÃO, SAN E QUALIDADE DE VIDA	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA EM CONTROLE SOCIAL ORIENTAÇÕES PARA A PESQUISA EM GERAÇÃO E DESTINAÇÃO DO LIXO
3ª. RODADA DE FORMAÇÃO	EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE ESPORTES E LAZER CULTURA E ARTE	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA EM GERAÇÃO E DESTINAÇÃO DO LIXO ORIENTAÇÕES PARA A PESQUISA EM GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS
4ª. RODADA DE FORMAÇÃO	GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS AVALIAÇÃO DE PROJETOS/ÁVALIAÇÃO DA INTERVIVÊNCIA	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA EM GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

FONTE: ELABORADO A PARTIR DO PROJETO EXECUTADO, 2011.

► **ASSISTÊNCIA SOCIAL E TERRITORIALIDADES**

As atividades de monitoramento são momentos de fornecimento de recursos da UFRN no intuito da superação de eventuais dificuldades encontradas por cada grupo e coletivo municipal. Serve, para aproximar participantes e UFRN, fazendo com que aqueles se sintam parte da Instituição. Constitui-se sistema de retroalimentação, mediante o fornecimento, à Coordenação, de informações relativas a necessidades e investimentos específicos, demandados por cada coletivo municipal, e do estágio de desenvolvimento dos projetos sociais concebidos pelos participantes para os municípios, comunidades, escolas.

Os conteúdos foram previamente definidos com base no interesse da equipe executora em propiciar aos participantes acesso a conteúdos de engajamento político local, consciência cidadã e zelo pelo meio ambiente, além de informações relevantes ao cotidiano juvenil: saúde na adolescência, riscos à saúde juvenil, prevenção de drogas, sexualidade, esportes, lazer, artes e cultura. Desta forma, há um conjunto variado de conteúdos que almejam conduzir os participantes a reflexões em torno de temas com foco em:

- a. saúde e qualidade de vida – nutrição, Segurança Alimentar e Nutricional, gravidez, doenças sexualmente transmissíveis, cultura, esportes, lazer, artes;
- b. ação política – associativismo, cooperativismo, economia solidária, controle social, participação, gestão pública, políticas públicas;
- c. meio ambiente – geração de lixo, destinação de lixo, sustentabilidade;
- d. técnicas de gestão – processo administrativo, funções administrativas, qualidade organizacional, liderança, desenvolvimento de equipes;
- e. ação social – trabalho voluntário, responsabilidade social, empreendedorismo social.

As formações de curta duração ocorrem em escolas públicas, nos municípios participantes, mediante a reunião de dois ou três coletivos municipais que se dividem em três turmas. Neste momento, não é permitida, na constituição das turmas, a reunião exclusiva de alunos de um mesmo coletivo municipal, pois, aqui, é privilegiada a interação entre participantes dos municípios. As turmas, constituídas por tema, comportam entre 20 e 35 participantes, em cada sala de aula, e funcionam simultaneamente. Desta forma, os alunos fazem rodízio pelas salas instaladas, tendo acesso a todas as temáticas em pauta. No caso da formação de curta duração, o revezamento se dá em três turmas que funcionam nos turnos matutino e vespertino, durante o sábado, e, no turno matutino, no domingo. Nos encontros de longa duração, nas férias, momento de integração de todos os participantes, comparecem em torno de 180 jovens (6 coletivos municipais com 30 participantes cada, em média). Por essa razão, 5 salas/turmas temáticas funcionam simultaneamente, no período de uma semana, intercalando-se, neste caso, momentos de sala de aula com visitas a laboratórios, palestras e atividades de esporte, cultura e lazer.

Uma palestra, com a Pró-Reitoria de Graduação da UFRN, ocorre no encontro de longa duração, e se constitui momento informativo relacionado aos cursos disponíveis e critérios de seleção e acesso ao Ensino Superior na Instituição. Outras palestras abordam a pesquisa e a extensão na Instituição e são proferidas pelas res-

pectivas Pró-Reitorias. Em virtude da necessidade de aproximação dos estudantes com a UFRN, o encontro de longa duração ocorre em Natal, e, do mesmo modo que os demais, a equipe da UFRN e os participantes ficam alojados na escola anfitriã.

As atividades de ensino ocorrem sob o formato de oficinas, mediante emprego de metodologias criativas e inovadoras, de construção e sistematização coletiva de saberes. As oficinas são elaboradas e conduzidas por estudantes da UFRN, integrantes da ação, e incorporam vídeos, dinâmicas de grupo e de integração, dramatizações, discussões com letras de músicas dentre outros recursos estéticos, privilegiando a ampla participação e o diálogo entre educando-educador. Finalizadas as oficinas previstas para cada período, três momentos ocorrem antes do encerramento do período formativo:

apresentação dos projetos em andamento pelos grupos de cada município. Essa atividade permite a socialização de experiências entre os coletivos e, ainda, eventuais replicações de intervenções. São apresentados, pelos grupos de cada município, resultados alcançados com as intervenções realizadas, o estágio em que se encontram as intervenções em andamento e, ainda, os passos que ocorrerão na sequência;

repasso do roteiro de entrevista a ser objeto de apresentação/discussão no encontro futuro. Nesse momento, um membro da UFRN orienta os participantes, em reunião conjunta, à condução da entrevista cujos resultados serão objeto de discussão em oficina a ocorrer no encontro seguinte. É momento de esclarecimento de eventuais pontos dúbios e definição de calendário para a realização da tarefa;

avaliação do período. A avaliação de cada período de Intervivência é momento de interação de todos os participantes – coletivos municipais e UFRN – que promove a capacidade de reflexão, de criticidade e de auto-avaliação e a mediação de juízos e valores. Tem o intuito, não apenas de retroalimentação, mas, também, de sensibilização dos participantes para o debate e o intercâmbio de opiniões, conflitos e ideias o que, de certo modo, incentiva a participação em organização colegiada e contribui, indiretamente, para a formação no campo do controle social.

Após os períodos de formação, seguem-se momentos de acompanhamento dos coletivos municipais por tutores da UFRN e monitores municipais, o que ocorre mediante reuniões, no município, com intervalo médio de três a quatro semanas, ou, quando demandadas, em casos excepcionais. A atividade de tutoria/monitoria é importante tanto pelo fato de permitir a coesão do coletivo no município quanto em virtude da possibilidade que fornece à socialização de experiências, desafios, conquistas e iniciativas futuras que transitam entre os vários grupos.

No tocante às ações de intervenção nos municípios – idealizadas e executadas pelos participantes – é observado o interesse de cada grupo e a decisão, por um ou outro

tema, é feita mediante negociação interna. Cada grupo decide por uma proposta inicial de intervenção, o que não elimina a programação de outras ações na sequência ou mesmo a substituição posterior. Neste quesito, há registro a um amplo leque de propostas, a exemplo de temas em: combate à dengue; coleta seletiva de lixo, poluição e tratamento do lixo, uso e combate às drogas, formação ou fortalecimento de grupos de esporte, lazer, artes e cultura, combate a ações de exploração sexual de menores, instalação de hortas nas escolas, compostagem de resíduos orgânicos, arborização, ecoturismo, elaboração de jornal e blogs, recuperação de bibliotecas, laboratórios e espaços nas escolas, restauração de praças e monumentos, combate ao bullying, inventário fotográfico, incentivo à leitura, dentre outros.

As Vivências Municipais, que ocorrem em momento anterior ao encerramento da ação em Natal, são de livre criação dos participantes e por eles organizadas. Ocorrem em cada município, isoladamente, possibilitando a divulgação dos trabalhos desenvolvidos durante toda a trajetória da Intervivência e socialização de experiências pessoais pela via de depoimentos. Trata-se de momento festivo, de confraternização no município, envolvendo os participantes, a equipe da UFRN, professores, autoridades municipais, amigos e familiares dos intervivencianos. O ato final da Intervivência é a Solenidade de Encerramento, que ocorre em salão de festas, em Natal, em formato similar à colação de grau. Deste momento, participam, além dos intervivencianos e da equipe da UFRN, autoridades municipais e acadêmicas.

A avaliação final da Intervivência Universitária OASIS dá-se mediante reunião conjunta da equipe da UFRN com monitores municipais e representantes dos intervivencianos. É momento de consolidação e sistematização de dados e informações que viabiliza publicações acadêmicas e a elaboração do relatório final, que aponta erros e acertos, conquistas, desafios e oportunidades. Os resultados da avaliação, então, retroalimentam a oferta seguinte.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exclusão social de jovens na sociedade brasileira tem se tornado objeto de crescente inquietação, por parte das autoridades, e, neste sentido, o Estado vem institucionalizando visando à minimização de efeitos perversos da negação de acesso da juventude, em situação socioeconômica vulnerável, aos benefícios do desenvolvimento do país. O Brasil ainda que diante de avanços e conquistas recentes em indicadores socioeconômicos evidencia, na análise da igualdade de oportunidade de acesso à educação, que “a principal fonte de desigualdade de acesso parece ser, de fato, o nível de rendimento familiar, principalmente nos ciclos educacionais não obrigatórios, como a educação infantil, média e superior” (IBGE, 2010)⁷. Dados do IBGE evidenciam, também, que, “no ensino médio não obrigatório, mesmo entre os 20% mais ricos, nem metade dos jovens frequentavam estabelecimento de ensino”. Tais indicadores estatísticos evidenciam a relevância que assume projetos socioeducativos voltados à juventude, em especial para aquela originária da rede pública de ensino, e que, nessa condição, tem se tornado objeto de medidas de concertação social dos vários segmentos organizacionais.

Na qualidade de ação de extensão, a Intervivência Universitária – iniciativa que intercala o convívio no ambiente acadêmico de Ensino Superior/tempo escola com experiências no espaço de vida/tempo comunidade – possui elevado potencial de contribuição na educação complementar de jovens em situação socioeconômica vulnerável. Dentre os benefícios, destacam-se a elevação e o resgate da autoestima e da autoconfiança, a desmistificação da distância entre eles e o Ensino Superior, o incremento no interesse pelos estudos e pela permanência na escola e o amadurecimento intelectual e político como consequência do convívio com o ambiente acadêmico.

Por outro lado, a Intervivência Universitária complementa estudos e a formação em nível superior, inserindo estudantes de IES na dinâmica e realidade locais, ao tempo em que colabora para que tal segmento organizacional cumpra o papel de incrementar o desenvolvimento social, econômico, educacional e cultural reduzindo efeitos negativos de processos de exclusão. Assim, não apenas possibilita ações integradas de ensino, pesquisa e extensão, enquanto ocorrem o tempo escola e o tempo comunidade, previstos na Pedagogia da Alternância, mas, também, forma simultaneamente estudantes de Ensino Superior e de Ensino Médio em atividades integradas e colaborativas.

A estratégia OASIS de Intervivência Universitária, concebida e efetivada pela Incubadora Organização de Aprendizagens e Saberes em Iniciativas Solidárias da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, incorpora tais requisitos. A iniciativa pioneira de tal modalidade de extensão, no Brasil, ocorreu em 2008 através de edital específico fomentado pelo Fundo Setorial do Agronegócio e apoiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT⁸. Naquela oportunidade, a equipe da Incubadora OASIS submeteu e aprovou uma proposta⁹ que, em 2010, foi reeditada através de outro edital público¹⁰ fomentado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e MCT.

A segunda experiência, que propiciou a elaboração do presente texto, ocorreu a partir do Projeto Ação Interinstitucional de Fomento ao Protagonismo Juvenil: Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário no Território do Mato Grande/RN. A ação adveio do interesse da equipe pela replicação da experiência, na busca de validação da estratégia pioneira ao tempo em que desenvolvia uma pesquisa, centrada em atributos comportamentais, destinada à aferição de mudanças provocadas por vivências dos participantes com ritos e intercâmbios acadêmicos e com o espaço físico universitário, socializando saberes, repensando o local, revisando interesses e práticas políticas e (re)construindo conhecimentos a partir da aproximação e do diálogo com estudantes e docentes universitários.

A finalidade foi coletar e sistematizar informações, pela via de pesquisa de natureza quantitativa, em busca da validação da estratégia socioeducativa empregada¹¹, e, ainda, socializar os procedimentos da ação, que pode ocorrer como pesquisa-

8 EDITAL Nº 23/2008 MCT/CNPQ/CT-AGRONEGÓCIO/MDA-PROGRAMA INTERVIVÊNCIA UNIVERSITÁRIA.

9 PROJETO ORGANIZAÇÃO DE APRENDIZAGEM E SABERES EM INICIATIVAS SOLIDÁRIAS (OASIS): PROCESSAR APRENDIZAGENS, SISTEMATIZAR SABERES, SOCIALIZAR TECNOLOGIAS

10 EDITAL Nº 36/2010 MCT/MDS-SAGI/CNPQ

11 CONFORME INFORMADO ANTERIORMENTE, OS RESULTADOS DA PESQUISA NÃO SE ENCONTRAM DISPONÍVEIS NO MOMENTO DA CONCLUSÃO DESTES TEXTOS.

-ação, ou, simplesmente, como extensão universitária sem a necessidade de adição de pesquisa. Pretendeu-se, assim, abrir oportunidade para que iniciativas similares possam ocorrer junto a outras Instituições de Ensino Superior do país. A experiência de Intervivência Universitária OASIS, pela avaliação disponível até o presente (SILVA, 2011), possibilita que jovens em situação socioeconômica vulnerável tenham acesso a conhecimentos desenvolvidos na academia e, mediante a aproximação com o espaço físico e com acadêmicos, permaneçam na escola, estabeleçam ou realcem laços com a comunidade e incrementem o desejo de seguir adiante nos estudos, estes, objetivos centrais que inspiraram a concepção da Intervivência Universitária.

É pertinente afirmar, que a estratégia socioeducativa OASIS pode contribuir, mediante o desenvolvimento de habilidades e competências sociopolíticas e técnicas, com programas governamentais destinados à juventude, a exemplo do Programa Nacional de Inserção de Jovens – PROJOVEM, nas várias modalidades – PROJOVEM Adolescente; PROJOVEM Trabalhador; PROJOVEM Urbano; PROJOVEM Campo – dentre outras possibilidades, pois, em essência, é procedimento de educação complementar. Neste sentido, os conteúdos das formações/tempo escola podem ser adaptados para atender a demandas específicas de cada segmento/modalidade. Todavia, devem ser preservados os períodos de interação dos jovens com a IES, a exemplo da solenidade de abertura, de visitas a laboratórios e feira de ciências (ou similar), de palestras com dirigentes das atividades-fim de ensino, pesquisa e extensão e da solenidade de encerramento. Tais acontecimentos são fundamentais na aproximação dos participantes com a dinâmica do Ensino Superior e, por essa razão, devem ser preservados em eventuais replicações da metodologia.

No que se refere à contribuição da estratégia socioeducativa OASIS na formação de habilidades e competências empreendedoras, vale reforçar, a proposta de Intervivência Universitária tem nítido caráter em Gestão Social, com metodologia e conteúdos voltados prioritariamente ao desenvolvimento sociopolítico da juventude. Entretanto, nada impede que conteúdos técnicos sejam contemplados, desde que, sejam preservados aspectos como:

Construção e sistematização coletiva de saberes, conforme preceitos pedagógicos concebidos por Paulo Freire. Neste sentido, os integrantes têm que se sentir parte e não fazer parte da ação. Trata-se da observância à participação, mediante a garantia de espaços para que os integrantes se posicionem, emitam opinião, exponham dificuldades e dialoguem em torno de experiências individuais e coletivas. Não cabe, neste sentido, a reprodução de procedimentos da “educação bancária”. É importante registrar que, na condição de atividade de educação complementar, a Intervivência Universitária estende o tempo escola dos participantes, incluindo finais de semana, e, assim, os eventos (em especial aqueles desenvolvidos em sala de aula) precisam se mostrar atraentes e convidativos, mantendo-os engajados na ação¹²;

- Abertura política para posicionamentos, reflexões, negações e afirmações mediante a valorização de práticas democráticas e da capacidade crítica. Mais uma vez, estão em cena preceitos freirianos, afinal:

Precisamos contribuir para criar a escola que é aventura, que marcha, que não tem medo do risco e que, por isso, recusa o imobilismo. A escola em que se pensa, em que se atua, em que se cria, em que se fala, em que se ama, se adivinha, a escola em que apaixonadamente diz sim à vida. (FREIRE, 2002, p. 36);

— - desenvolvimento do sentimento de respeito ao meio ambiente, ao ser humano, às diferenças e à diversidade. Uma vez pensada como estratégia de inserção social, a Intervivência Universitária, por motivos óbvios, deve zelar pela tolerância, pelo respeito mútuo, pela responsabilidade social e por temas congêneres que pautam a agenda dos movimentos de defesa dos direitos humanos e da vida digna e do direito à diversidade;

— - preservação da autonomia individual e coletiva. Neste aspecto, é importante ressaltar que, por desenvolver a criticidade, a participação e a prática democrática, a estratégia socioeducativa idealizada preserva a autonomia, garantindo aos integrantes possibilidades de escolhas e de resolução de problemas pela via do embate, da reflexão coletiva, do diálogo e da resolução mediada de conflitos;

— - desenvolvimento de capacidades empreendedoras a partir do diálogo teoria-prática e de ações coletivas. Aqui, é válido registrar que resultados da experiência de Intervivência OASIS (SILVA, 2011) indicam que as mudanças comportamentais observadas e o desenvolvimento de capacidades empreendedoras foram facilitados pela ação coletiva, que contribuiu para a superação da timidez, do medo, da insegurança e de outras limitações e dificuldades particulares, ensejando diálogo com os pares, apoios compartilhados, apropriação da realidade próxima e busca de respostas pactuadas para problemas do cotidiano vivido.

Ao tempo em que contribui para o desenvolvimento sociopolítico e técnico de jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a estratégia socioeducativa OASIS fornece novas perspectivas à qualidade da Educação Básica na rede pública, mediante a socialização de prática pedagógica renovada de inserção social e de ações integradas de ensino, pesquisa e extensão. Contribui, ainda, para o fortalecimento do papel institucional da IES, aproximando-a de segmentos populacionais que, pelo caráter elitista do Ensino Superior e pela prática acadêmica convencional no Brasil, desperta, no âmbito interno, limitado interesse de estudantes e docentes, à exceção de alguns campos como Ciências Sociais, Serviço Social, Educação.

De outra forma, este cenário cria barreiras e distancia o jovem, em situação de vulnerabilidade, do sonho de cursar Ensino Superior, bem como, da possibilidade de prosseguir estudando quando, muito, consegue concluir o Ensino Médio. Por fim, provê estudantes e docentes com novos atributos comportamentais e práticas políticas, no âmbito interno da IES, e, externamente, junto a escolas da Educação Básica.

REFERÊNCIAS

COSTA, Antônio Carlos Gomes da; VIEIRA, Maria Adenil. *Protagonismo Juvenil – adolescência, educação e participação democrática*. 2. ed. São Paulo: FTD, 2006.

CARVALHO, I. C. de M. *Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamentos da Educação*. In: *Identidades da Educação Ambiental Brasileira/Ministério de Meio Ambiente; Philippe Pomier Layrargues (coord.)*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Capital Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

DEMO, Pedro. *Conhecimento e aprendizagem: Atualidade de Paulo Freire*. En publicação: *Paulo Freire y la agenda de la educación latinoamericana en el siglo XXI*. Carlos Alberto Torres. CLACSO. 2001. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/torres/demo.pdf>, Acesso em 3 de outubro de 2012.

_____. *Pobreza política*. Disponível em: <http://pedrodemo.sites.uol.com.br/textos/pproma.html>. Acesso em: 20 jul. 2010.

_____. *Solidariedade como Efeito de Poder*. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002.

_____. *Conhecer e Aprender*. Rio Grande do Sul: Artimed, 2000.

DRUCKER, Peter F. *Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): práticas e princípios*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1987.

EDITAL MCT/CNPq/CT-AGRONEGÓCIO/MDA – Nº 23/2008 – PROGRAMA INTERVIVÊNCIA UNIVERSITÁRIA. Editais. Disponível em: <http://www.cnpq.br/editais/ct/2008/023.htm>. Acesso em: 01 jun. 2010.

Edital MCT/CNPq/CT-Agronegócio/MDA – Nº 23/2008 – Intervivência Universitária.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008b.

_____. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Vozes, 1987.

_____. *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Educação e atualidade brasileira*. Recife: Universidade de Recife, 1959.

GADOTTI, M. Paulo Freire: uma bibliografia. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire; Brasília: Unesco, 1996.

HOBBSAWN, Eric J. Globalização, democracia e terrorismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: Processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. Saúde Soc., São Paulo, v.18, n.4, p. 733-743, 2009.

MELO NETO; Francisco de Paulo de; FRÓES, César. Empreendedorismo Social: a transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

PUTNAM. Robert D. Comunidade e Democracia – a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 19. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005a.

SILVA, F. A. G. Empreendedorismo Social e Protagonismo Juvenil: a Estratégia Socioeducativa do Projeto OASIS de Intervenção Universitária. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGA/UFRN, Natal/RN, 2011.

SOUZA, Regina Magalhães de. Protagonismo juvenil: o discurso da juventude sem voz. Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidades. São Paulo, v.1. n.1, 2009.

TATAGIBA, Luciana. Os Conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (Org.). Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

WRIGHT, R. Non zero: the logic of human destiny. New York: Pantheon Books, 2000.

APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA EM ASSOCIATIVISMO/ COOPERATIVISMO ENTREVISTA BASE PARA A OFICINA ASSOCIATIVISMO, COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Pesquise uma associação ou cooperativa da sua cidade. Cada grupo visitará uma associação ou cooperativa, coletando junto aos membros, à presidência ou à Secretaria Executiva as seguintes informações.

- 1) Qual é o nome da associação ou cooperativa?
- 2) Qual ou quais são as atividades desenvolvidas?
- 3) Quem é o presidente atual? Desde quando ele/ela está no cargo de presidente?
- 4) Quando foi criada a associação/cooperativa?
- 5) Qual o objetivo da criação da associação/cooperativa?
- 6) Atualmente, a associação/cooperativa tem quantos sócios/membros? Quantos homens? Quantas mulheres?
- 7) Com que frequência os associados/cooperados se reúnem?
- 8) Quais são as maiores dificuldades enfrentadas pela associação/cooperativa?
- 9) Quais são as maiores conquistas?
- 10) Quem mantém os custos da associação/cooperativa?
- 11) A associação/cooperativa recebe algum apoio governamental ou não-governamental? Se sim, de quem?
- 12) A associação/cooperativa possui estatuto/ regimento atualizado?
- 13) Se sim, quando e como ocorreu a última atualização?
- 14) Se não, quais são as dificuldades para a atualização?

Dialoguem com o presidente da associação/cooperativa para coletar informações relacionadas ao modo como são conduzidas as decisões e a administração da associação/cooperativa.

Que observações o grupo tem para fazer em relação à associação/cooperativa pesquisada?

APÊNDICE 2 – ROTEIRO DA ENTREVISTA EM CONTROLE SOCIAL

Entrevista base para a Oficina Controle Social e Participação

Pesquisem um Conselho Municipal de política pública coletando, junto aos conselheiros, as seguintes informações.

- 1) A que política pública está vinculado o Conselho Municipal?
- 2) Quando foi criado o Conselho?
- 3) Quantas pessoas participam do Conselho e qual a quantidade de membros efetivos e suplentes?
- 5) Que organizações os membros representam?
- 6) Os integrantes do Conselho tiveram algum tipo de treinamento/formação para o exercício de conselheiro?
- 7) Com que frequência acontece reunião do Conselho?
- 8) Que assuntos, com maior frequência, são abordados nas reuniões?
- 9) Quais as maiores dificuldades e os maiores desafios enfrentados pelo Conselho?
- 10) Quais as maiores conquistas e intervenções que o conselho realizou no município?
- 11) Quem mantém os custos do Conselho – aluguel, água, luz, telefone?
- 12) Onde funciona o Conselho? O local é adequado?
- 13) O conselho pesquisado tem contato com o Conselho Estadual?

Na opinião do grupo, o Conselho pesquisado está realizando suas funções satisfatoriamente? Justifique e registre as principais observações do grupo em relação ao Conselho pesquisado.

APÊNDICE 3 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS (OU SIMILAR)

- 1) Entrevista base para a Oficina Educação para a Sustentabilidade
- 2) Vamos conhecer a situação do lixo no seu município.
- 3) Qual a quantidade média de lixo gerada no município (por mês/ em quilos)?
- 4) Qual o destino dado ao lixo gerado no município (para onde vai)?
- 5) Como a Secretaria responsável pela gestão dos serviços urbanos percebe a destinação dado ao lixo no município? É adequada? Sim, não, por quê?
- 6) Qual o percentual médio de lixo sólido – em quilos/mês (garrafas, madeira, plástico, vidro etc)?
- 7) Qual o percentual médio de lixo orgânico – em quilos/mês (restos de plantas, restos de animais, alimentos etc)?
- 8) Qual o hábito mais inadequado da população que, na opinião do Sr./Sra. prejudica o meio ambiente no município?
- 9) De que modo a população poderia, em sua opinião, contribuir para preservar a cidade limpa?
- 10) Que desafios e potencialidades o(a) senhor (a) vê no município para um programa de educação ambiental?
- 11) Quem, em sua opinião, deve participar de um programa de educação ambiental no município?
- 12) Que estratégia, em sua opinião, pode ser adotada no município para reduzir a geração de lixo?
- 13) Que observações/destaques o grupo tem a fazer em relação aos resultados da entrevista realizada?

APÊNDICE 4 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O/A PREFEITO/A

Entrevista base para a Oficina Gestão e Políticas Públicas. Vamos realizar uma entrevista com o/a Prefeito/a do Município no intuito de caracterizarmos a gestão pública e as principais políticas públicas em andamento.

- 1) Quais os maiores desafios que o Sr./Sra. identifica na gestão do município?
- 2) Como o Sr./Sra. vê a situação do quadro de funcionários municipais?
- 3) Há, na opinião do Sr./Sra., um quadro de funcionários devidamente dimensionado e qualificado para os trabalhos necessários ao funcionamento da Administração Pública municipal?
- 4) Onde se encontra o quadro de pessoal mais qualificado no município? Onde se encontra o maior gargalo, ou, a maior demanda de qualificação?
- 5) Há excesso de funcionários? Há escassez de funcionários? Onde?
- 6) Quais são as principais políticas públicas em andamento no município? Qual a fonte do financiamento dessas políticas? (Ministério e/ou Secretaria de Estado)
- 7) Como o Sr./Sra. vê a importância dessas políticas públicas para o município?

Quais são as políticas públicas que recebem mais investimento no município?

- 8) Existe algum tipo de apoio ou assessoria técnica na execução dessas políticas públicas no município? Se sim, que organismos dão apoio?
- 9) Para o Sr./Sra qual dessas políticas públicas deveria merecer mais investimento? Por quê?
- 10) No seu governo, qual política está tendo maior atenção? Por quê?
- 11) Como o Sr./Sra avalia a participação da população no controle das políticas públicas através do conselhos?
- 12) Quais os maiores desafios na execução das políticas públicas no município?
- 13) Que resultados o Sr./Sra gostaria de ver, no município, em relação às políticas públicas em andamento?
- 14) Quais são as principais parcerias do município na execução das políticas públicas?
- 15) As políticas públicas em andamento no município são desenvolvidas de modo integrado? Explique a resposta.
- 16) Após a entrevista, reúnam-se e discutam as opiniões acerca das informações prestadas. Que opinião geral vocês têm a respeito das informações recebidas?

Após a entrevista, reúnam-se e discutam as opiniões acerca das informações prestadas. Que opinião geral vocês têm a respeito das informações recebidas?